

# Banco brasileiro reclama de acordo

Jamil Bittar — 15/5/91

**Sônia Filgueiras**

BRASÍLIA — Os termos do acordo acertado com os credores estrangeiros vêm sendo contestados pelos bancos brasileiros com agências no exterior e que também têm débitos a receber do governo. O argumento é de que seus custos de captação de recursos são mais elevados que os dos grandes bancos internacionais. Uma das propostas é que parte das reservas de US\$ 20 bilhões acumuladas pelo Banco Central seja depositada nas agências dos bancos brasileiros.

Um grupo de nove instituições — Banco do Brasil, Banespa, Real, Itaú, Banerj, Nacional, Econômico, Banestado e Banrisul — está negociando créditos de médio e longo prazos de

US\$ 5,9 bilhões com o governo. Eles alegam que o depósito de parte das reservas cambiais, hoje concentradas no BIS (*Bank of International Settlements*), com sede na Suíça, seria uma forma de equilibrar os seus custos. Além disso, os bancos brasileiros querem menores prazos de carência para começar a receber os débitos.

O governo ainda está avaliando a proposta. Deverá haver uma reunião para discutir o assunto ainda nesta semana, em Nova Iorque, com o economista Pedro Malan, que negocia a redação final do acordo firmado com os bancos privados internacionais.

Segundo técnicos de dois grandes bancos brasileiros, enquanto os credores estrangeiros conseguem captar recursos a taxas semelhantes às aquelas oferecidas pelo Brasil nos vários tipos



**Malan analisará proposta**

de bônus previstos no acordo negociado com o governo, as instituições nacionais são obrigadas a oferecer taxas muito mais altas para atrair empréstimos. “O nosso custo de captação chega a 2% ou 2,5% ao ano além da taxa *Libor* — a taxa básica do mercado de Londres — enquanto que a opção oferecida pelo governo nos dá *Libor* mais 0,875% ao ano. Fica difícil sustentar este papel”, justifica um técnico.

Das sete opções de pagamento da dívida externa garantidas aos credores privados internacionais, o governo ofereceu apenas uma aos credores brasileiros: converter o débito nos bônus de conversão de dívida, que têm prazo de 18 anos, com carência de 10 anos, e paga a *Libor* mais 0,875% ao ano.